

meu despacho n.º 145, de 16 de Novembro de 2006, nomeei definitivamente o funcionário Mário dos Santos Florêncio, a desempenhar funções de assistente administrativo em comissão de serviço extraordinária, conforme disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

A presente nomeação, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, produz efeitos à data do início da comissão de serviço extraordinária, ou seja, 1 de Fevereiro de 2006.

21 de Novembro de 2006. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Paulo Alves Machado*.  
1000308293

## Aviso

### Reclassificação profissional

Para o efeito do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, se faz público que, pelo meu despacho n.º 148, de 17 de Novembro de 2006, decidi que se procedesse à reclassificação de Marto da Cunha Alves, passando este funcionário da categoria de auxiliar administrativo do quadro de pessoal desta autarquia para a categoria de assistente administrativo. Este funcionário, de acordo com informação do superior hierárquico, e ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, ficou dispensado do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, pelo que a sua reclassificação se considera ser de carácter definitivo, produzindo efeitos desde o dia 13 de Setembro de 2006.

21 de Novembro de 2006. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *Paulo Alves Machado*.  
1000308294

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA

### Aviso

Para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torna-se público que por meu despacho de 21 de Outubro do corrente ano, no uso da competência que me confere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cumprido que foi o estipulado no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/99, de 19 de Novembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e nos artigos 3.º e 10.º do mencionado Decreto-Lei n.º 497/99, reclassifiquei o auxiliar de serviços gerais, do quadro privativo desta autarquia, Américo Vaz Amaral, na categoria de operário, da carreira de estações elevatórias de tratamento de depuradoras, escalão 1, índice 189, devendo aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar da publicação do respectivo aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

2 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro*.  
1000308327

## CÂMARA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO

### Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Novembro de 2006, nomeio, o primeiro classificado no concurso interno de acesso limitado, técnico superior principal (economia) da carreira técnica superior, Carla Alexandra Delicado Ventura.

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.) (Não são devidos emolumentos.)

10 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*.  
1000308323

## CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

### Aviso

#### Discussão pública

#### Alteração ao alvará de loteamento n.º 96/77

Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra em discussão pública o pedido de alteração à licença de loteamento, titulada pelo alvará n.º 96/77, a requerimento de Manuel Teixeira, residente no lugar de Raposeira, freguesia de Figueiró (Santa Cristina), concelho de Amarante, número de identificação fiscal 142780456, na qualidade de proprietário do lote n.º 8 do referido alvará de loteamento, sito no lugar e freguesia acima referidos, pelo período de 15 dias, que se inicia 8 dias após a publicação do presente aviso na 3.ª série do *Diário da República*.

Finalidade do pedido:

Alteração da área de implantação de 95 m<sup>2</sup> para 140 m<sup>2</sup>, para a moradia com cave, rés-do-chão e andar;

Construção de um anexo com a área de implantação de 60 m<sup>2</sup>.

O processo administrativo respectivo, com o n.º 27/06 (Altelote) pode ser consultado, todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Repartição Administrativa do Departamento de Urbanismo desta autarquia.

As sugestões, reclamações ou observações que, eventualmente, venham a ser apresentadas, devem ser formuladas através de requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo neste constar a identificação completa, os endereços dos seus autores e a qualidade em que se apresentam, as quais deverão ser entregues ou remetidas por correio, sob registo, na Câmara Municipal.

24 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Armando José da Cunha Abreu*.  
1000308337

### Aviso

#### Concurso interno de acesso geral

1 — Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho de 6 de Novembro de 2006, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o seguinte concurso interno de acesso geral do grupo de pessoal técnico superior:

Arquitecto de 1.ª classe — 1 lugar

2 — Serviço para que é aberto o concurso — Divisão de Gestão Urbanística.

3 — O local de prestação de trabalho é a área do concelho de Amarante.

4 — O concurso é válido para a vaga posta a concurso caducando com o respectivo preenchimento.

5 — Conteúdo funcional — o constante do despacho do SEALOT n.º 6871/02, publicado no *Diário da República*, n.º 78, de 3 de Abril de 2002.

6 — O vencimento é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março.

7 — Composição do júri:

Presidente — Dr.ª Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, vereadora.

Vogais efectivos:

Dr. Sérgio Martins Vieira da Cunha, chefe da Divisão de Administração Geral, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e arquitecto João Manuel Oliveira e Silva Mesquita, director do Departamento do Urbanismo.

Vogais suplentes:

Arquitecto Vítor Fernando Teixeira da Silva, chefe da Divisão de Gestão Urbanística, e engenheiro Miguel Jorge Barbosa Gomes, chefe da Divisão do Planeamento Urbanístico.